

16/05/2017

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 132.876 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: SANDRA BECKER</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: GUSTAVO TULIO PAGANI</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

Ementa: *HABEAS CORPUS*. PENAL. ART. 16 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003). PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO. AUSÊNCIA DE OFENSIVIDADE DA CONDUTA AO BEM JURÍDICO TUTELADO. ATIPICIDADE DOS FATOS. ORDEM CONCEDIDA.

I – Paciente que guardava no interior de sua residência uma munição de uso restrito, calibre 9mm.

II - Conduta formalmente típica, nos termos do art. 16 da Lei 10.826/2003.

III – Inexistência de potencialidade lesiva da munição apreendida, desacompanhada de arma de fogo. Atipicidade material dos fatos.

IV – Ordem concedida para determinar o trancamento da ação penal.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por votação unânime, deferir o pedido de *habeas corpus* para determinar o trancamento da ação penal, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 16 de maio de 2017.

**RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR**

16/05/2017

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 132.876 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
**PACTE.(S)** : SANDRA BECKER  
**IMPTE.(S)** : GUSTAVO TULIO PAGANI  
**COATOR(A/S)(ES)** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO**

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por Gustavo Tulio Pagani em favor de Sandra Becker, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ que negou provimento ao Recurso Ordinário Constitucional 65.385/PR, de relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, assim ementado:

“RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO RELATIVA A ARMA DE USO RESTRITO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que os crimes previstos nos art. 12, 14 e 16 da Lei 10.826/2003 são de perigo abstrato, razão pela qual é desnecessária a comprovação de prejuízo para a configuração do ilícito e incabível a aplicação do princípio da insignificância.

2. Recurso ordinário improvido”.

O impetrante, de início, narra que a paciente “foi denunciada nas sanções do artigo 12, *caput*, e artigo 16, *caput*, ambos da Lei 10.826/03”, destacando, em relação à posse ilegal de arma, que “foi encontrado no interior da residência da paciente **UMA** munição, calibre nominal 9mm, de uso restrito” (grifos no original; pág. 2 do documento eletrônico 1).

HC 132876 / DF

Aponta, também, em relação ao ilícito do art. 12 do mesmo diploma legal, que “a denúncia baseou-se no encontro de uma arma, também no interior de sua residência, calibre 380, da marca Taurus, de propriedade da paciente, adquirida legalmente e registrada junto ao SINARM em seu nome, apenas estando com o registro vencido” (grifos no original; pág. 2 do documento eletrônico 1).

Esclarece, ainda, que

“a defesa, quando da apresentação da resposta à acusação, fls. 36 e ss [sic] dos autos de ação penal, requereu, em síntese, diante da mínima ofensividade da conduta praticada, de não haver nenhuma periculosidade social da ação, do reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e da inexpressividade da lesão jurídica provocada, a exclusão da tipicidade material da conduta imputada pela incidência do princípio da insignificância, com fundamento nos princípios da subsidiariedade e da intervenção mínima do direito penal” (pág. 3 do documento eletrônico 1).

Aponta, então, que o Juízo de origem indeferiu o pedido, razão pela qual

“impetrou-se *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que, através do V. Acórdão proferido no julgamento de mérito do *wirt* [sic], declarou a atipicidade do crime de posse de arma de fogo com registro vencido, entretanto, no que tange ao crime de posse de uma única munição, não aplicou o princípio da insignificância sob o fundamento de tratar-se de crime abstrato e de mera conduta, fundamentando ser irrelevante a quantidade de munição apreendida” (grifos no original; págs. 3-4 do documento eletrônico 1).

O impetrante prossegue informando que interpôs recurso ordinário

**HC 132876 / DF**

constitucional contra essa decisão, encaminhando o feito ao STJ, que negou provimento ao recurso “por tratar-se de crime de perigo abstrato” (pág. 5 do documento eletrônico 1).

Sustenta, assim, que “[e]stando evidente a atipicidade material da conduta a ação penal deve ser trancada diante da falta de justa causa para o seu prosseguimento” (pág. 6 do documento eletrônico 1).

A impetração, além disso, aduz que,

“[n]a hipótese dos autos, face ao caráter ínfimo que o bem jurídico afetado representa perante o contexto social, a tipicidade deve ser excluída. Em outras palavras, a lesão ao bem é tão mínima que não justifica a movimentação da justiça e, conseqüentemente, a aplicação de uma pena” (pág. 14 do documento eletrônico 1).

Requer, ao final, que

“seja reconhecido o constrangimento ilegal que padece, buscando o cumprimento da Lei, com a concessão da **LIMINAR** no presente *Writ*, determinando-se o trancamento da ação penal, fazendo-se cessar o constrangimento ilegal a que está sendo submetido” (grifos no original; pág. 16 do documento eletrônico 1).

Recebi o feito em 12/9/2016.

Em 28/9/2016, indeferi a liminar, solicitei informações e determinei sua remessa à Procuradoria-Geral da República.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem em parecer assim ementado:

**HC 132876 / DF**

“*HABEAS CORPUS*. ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO A RECURSO ORDINÁRIO. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL.

O trancamento da ação penal, pela via do *habeas corpus*, é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência da causa de extinção da punibilidade, da ausência de indícios de autoria ou da prova da materialidade do crime.

A paciente foi denunciada porque possuía, no interior de sua residência, uma munição, calibre 9mm, de uso restrito. Tal conduta não representa qualquer lesão efetiva, ou mesmo, perigo abstrato, aos bens juridicamente tutelados pela norma, a saber, segurança pública e paz social. Aplicável, pois, o princípio da insignificância para afastar a tipicidade material.

Parecer pela concessão” (pág. 1 do documento eletrônico 25).

É o relatório.

16/05/2017

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 132.876 DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator): Bem examinados os autos, tenho que é caso de concessão da ordem.

Conforme se depreende dos autos, a paciente foi denunciada pela prática dos delitos descritos nos arts. 12 e 16 da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), porque teriam sido encontrados, no interior de sua residência, uma arma de fogo de uso permitido (com registro vencido), com 6 munições e uma munição de uso restrito.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná concedeu a ordem do *habeas corpus* para determinar a extinção do processo apenas em relação ao crime previsto no art. 12 do Estatuto do Desarmamento, todavia não aplicou o princípio da insignificância à posse ilegal de uma munição, calibre 9mm, de uso restrito.

Irresignada a defesa interpôs recurso ordinário no Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao pedido em decisão assim ementada:

“RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO RELATIVA A ARMA DE USO RESTRITO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que os crimes previstos nos art. 12, 14 e 16 da Lei 10.826/2003 são de perigo abstrato, razão pela qual é desnecessária a comprovação de prejuízo para a configuração do ilícito e incabível a aplicação do princípio da insignificância.

2. Recurso ordinário improvido” (pág. 1 do documento eletrônico 3).

**HC 132876 / DF**

Pois bem. A conduta em apreço, a rigor, enquadra-se no tipo previsto no art. 16 do Estatuto do Desarmamento:

“Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa”.

Trata-se, portanto, de conduta formalmente típica, a qual, todavia, a meu ver, não se mostra típica em sua dimensão material. Isso porque não é possível vislumbrar, nas circunstâncias, situação que exponha o corpo social a perigo, uma vez que a única munição apreendida, na espécie em exame – é preciso novamente frisar -, guardada na residência da paciente e desacompanhada de arma de fogo, por si só, é incapaz de provocar qualquer lesão ao bem jurídico tutelado (a incolumidade pública).

Como bem assentado no parecer do ilustre membro do *Parquet*:

“5. Não se desconhece a classificação do crime de posse ilegal de munição de uso restrito, previsto no art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/03, como de perigo abstrato e nem a jurisprudência no sentido de inaplicabilidade, nesses casos, do princípio da insignificância. Entretanto, na espécie, estão presentes os requisitos essenciais a excepcionar a regra geral.

6. A paciente foi denunciada porque possuía, no interior de sua residência, uma munição, calibre 9mm, de uso restrito. Tal conduta não representa qualquer lesão efetiva, ou mesmo, perigo abstrato, aos bens juridicamente tutelados pela norma, a saber, segurança pública e paz social. A ação não atingiu a intensidade mínima reclamada pelo princípio da ofensividade” (págs. 2-3 do documento eletrônico 25).

**HC 132876 / DF**

Nesse sentido, oportuno citar precedente desta Segunda Turma firmado no julgamento do HC 133.984/MG, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, assim ementado:

*“HABEAS CORPUS. DELITO DO ART. 16, CAPUT, DA LEI N. 10.826/2003. PACIENTE PORTANDO MUNIÇÃO. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ORDEM CONCEDIDA.*

1. A análise dos documentos pelos quais se instrui pedido e dos demais argumentos articulados na inicial demonstra a presença dos requisitos essenciais à incidência do princípio da insignificância e a excepcionalidade do caso a justificar a flexibilização da jurisprudência deste Supremo Tribunal segundo a qual o delito de porte de munição de uso restrito, tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/2003, é crime de mera conduta.

2. A conduta do Paciente não resultou em dano ou perigo concreto relevante para a sociedade, de modo a lesionar ou colocar em perigo bem jurídico na intensidade reclamada pelo princípio da ofensividade. Não se há subestimar a natureza subsidiária, fragmentária do direito penal, que somente deve ser acionado quando os outros ramos do direito não forem suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos.

3. Ordem concedida”.

Deste modo, inexistindo, no caso concreto, ofensividade da conduta ao bem jurídico tutelado – incolumidade pública, não há falar em fato típico, e, por conseguinte, em crime.

Isso posto, concedo a ordem para determinar o o trancamento da ação penal.



**16/05/2017**

**SEGUNDA TURMA**

**HABEAS CORPUS 132.876 DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Nas circunstâncias concretas, acompanharei o Relator, muito embora eu não estivesse presente no precedente que Sua Excelência cita em seu voto. Mas aqui foi uma cápsula apenas, não é?

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR)** - É uma cápsula apenas. Claro, se fosse uma caixa de 9. mm, isso poderia indicar que se trata de um traficante de armas.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI**

Acompanho o Relator.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 132.876**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

PACTE.(S) : SANDRA BECKER

IMPTE.(S) : GUSTAVO TULIO PAGANI

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **deferiu** o pedido de **habeas corpus** para **determinar** o trancamento da ação penal, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 16.5.2017.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes, em virtude da participação na 14ª Conferência Europeia de Órgãos Eleitorais, realizada em São Petersburgo, Rússia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira  
Secretária